

A BOLSA OU AS PESSOAS? A SUBJUGAÇÃO DA VIDA AO ECONOMICISMO ULTRALIBERAL

THE STOCK EXCHANGE OR THE PEOPLE? THE SUBJUGATION OF LIFE TO ULTRALIBERAL ECONOMISM

Renato Nunes Bittencourt ¹

Recebido em 14/10/2022

Aprovado em 25/11/2022

RESUMO

O artigo aborda a influência deletéria do mundo financeiro e seus dispositivos na governança política comprometida com a democracia substantiva. A relação promíscua entre a dinâmica do mercado e o projeto político neoliberal conduz ao empobrecimento massivo da população, devendo ser rigorosamente condenada por uma gestão democrática da coisa pública.

Palavras-chave: Democracia; Bolsa; Especulação Financeira; Autoritarismo.

ABSTRACT

The article addresses the deleterious influence of the financial world and its devices on political governance committed to substantive democracy. The promiscuous relationship between market dynamics and the neoliberal political project leads to the massive impoverishment of the population and must be strictly condemned by a democratic management of the public thing.

Keywords: Democracy; Stock Exchange; Financial Speculation; Authoritarianism

INTRODUÇÃO

A relação entre a lógica do mercado e a institucionalidade democrática são usualmente fluidas. Sempre que a rentabilidade empresarial é prejudicada por políticas públicas includentes (mesmo as mais superficiais) a objeção liberalizante entoa o seu canto funesto contra a orientação cidadã do Estado Democrático de Direito. Não obstante o progressivo desenvolvimento da ideia de responsabilidade social-empresarial no seio da própria sociedade capitalista e sua esqualida incorporação dessa pauta em sua governança, prevalece o projeto de se promover a perpetuação dos privilégios rentistas acima de qualquer urgência social e, assim, os imperativos do mercado, em nome de uma ignominiosa autossatisfação, estabelecem relações promíscuas com governanças disruptivas, autoritárias e descrentes da legitimidade da

¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com

constitucionalidade política. Francis Fukuyama que, no decorrer de sua carreira, postulou que a égide liberal veio para se tornar hegemônica na dimensão econômica, social e política na modernidade avançada considera que

Uma ditadura modernizadora pode, em princípio, ser muito mais eficiente que a democracia na criação das condições sociais que permitam tanto o crescimento econômico capitalista quanto, ao longo do tempo, a emergência de uma democracia estável. (FUKUYAMA, 1992, p. 157)

Esse tipo de discurso aceita o choque de ordem imposto pelo autoritarismo ditatorial em nome de uma postulada reestruturação social, visando um ajustamento democrático posterior, o que é uma grande bobagem, pois o autoritarismo se retroalimenta e, se não há oposição efetiva ao seu arbítrio de terror, a violência operacionalizada pelo poder governamental por meio dos aparatos estatais sempre aumentará. Em nome da glorificação da pujança do mercado, segmentos plutocráticos defendem medidas de exceção governamental para que os seus negócios não sejam prejudicados pelas contingências econômico-sociais. Assim, os extratos mais pobres da população sofrem na carne os desarranjos estruturais decorrentes desse consórcio entre governança elitista e as classes dominantes que bombardeiam a opinião pública com suas necrófilas objeções aos mecanismos políticos de instauração das condições basilares de cidadania.

106

O AUTORITARISMO DO MERCADO ULTRALIBERAL

O capitalismo ultraliberal defende uma concepção tacanha de liberdade, apenas a que favorece o empreendimento econômico e que garante a manutenção plena do direito individual (logo, autocentrado) em fazer o que ele quer independentemente de qualquer consideração pelo bem comum. Por conseguinte, a moral ultraliberal condiz com a atomização social e consagra uma nova forma de idiota em nossa conjuntura de crise da Modernidade, pois a dignidade humana é atrelada ao poder de compra. Toda solidariedade social só é enaltecida se aquele que for ajudado pela mão amiga do “cidadão de bem” submeter-se ao crivo moral do grande patriota defensor da liberdade ultraliberal. Prevalece, no fundo, o cálculo egoísta de uma forma de vida regida pelo mais cru utilitarismo e pela instrumentalização das relações humanas. O valor das pessoas e das coisas

são mensuradas conforme o gozo que elas me proporcionam, assim pensa o filisteu-burguês-liberalóide. De acordo com Franz Hinkelammert,

O ser humano é inútil e até “descartável”, a não ser que seja transformado em capital humano a ser explorado em função de sua utilidade, seja a utilidade a partir do interesse próprio calculada por ele mesmo, que considera a si mesmo capital humano, ou por outros, que querem explorá-lo em virtude de suas respectivas utilidades próprias. (HINKELAMMERT, 2014, p. 201)

Um dos motes mais estúpidos produzidos pelo imaginário capitalista na decadência do espírito moderno é “liberal na economia, conservador nos costumes”. Trata-se de uma bazófia pronunciada orgulhosamente pelo adepto do servo-mercado, pois só existe liberdade econômica substantiva se ocorrer condições decentes de efetivação de liberdade social. Como posso empreender positivamente se estou preso por convicções moralistas a uma série de preconceitos banais que bloqueiam o meu ímpeto criativo? Não existe liberdade para empreender quando mulheres são oprimidas nas mais diversas esferas de poder, quando negros sofrem os efeitos do racismo estrutural, quando povos originários são violentados pelas ações devastadoras dos garimpeiros, grileiros e ladroes do agronegócio, quando a comunidade LGBTQIAP+ é discriminada pelos odiosos ubíquos. Se não existem garantias plenas de vida segura para as populações marginalizadas pelo *status quo* e sua ideologia opressora, o projeto de uma boa sociabilidade liberalizante está morto. Em suma, somente podemos falar de liberdade econômica quando existe de antemão a liberdade social como liberdade de ser, que é muito mais ampla do ponto de vista ontológico do que a mera liberdade de ir e vir tal como defendida pela concepção liberalóide alheia ao projeto democrático-republicano de sociedade plural capaz de reconhecer as demandas inalienáveis de cada pessoa. A ética liberalóide considera que não cabe ao poder público estabelecer medidas restritivas de circulação das pessoas em situações cujo risco extremo exigem tais procedimentos. Por conseguinte, na ideologia liberalóide uma pessoa, em nome de sua sagrada liberdade de ir e vir, pode contaminar outrem deliberadamente. Vemos assim o perigo para a formação de uma sociedade saudável a inoculação dessas ideias niilistas na opinião pública que confia muito mais nas fontes informacionais duvidosas do que no próprio entendimento e no letramento rigoroso. Conforme muito bem analisado por Rubens Casara,

A normatividade neoliberal estimula que as relações sociais acabem coisificadas para serem tratadas à luz de cálculos econômicos. As

relações sociais neoliberais são sempre percebidas como relações comerciais, de consumo ou financeiras [...]. A racionalidade neoliberal deseja indivíduos sem conhecimento, apartados da vida pública e inertes para que não prejudiquem os negócios e a acumulação tendenciosamente ilimitada de capital. (CASARA, 2021, p. 244-245; p. 267-268)

Ainda que de maneira oportunista e instrumental, o processo de reconfiguração do capitalismo absorveu algumas pautas includentes, sem, todavia, transformar plenamente as bases ideológicas da nossa sociedade moralmente reacionária, de modo que os casos de violência contra os segmentos identitários historicamente marginalizados, ainda que reprimidos razoavelmente pela ação jurídica, continuam ainda a se proliferar em nossa degradada ordenação nacional. O sangue dos oprimidos clama por justiça e há um longo trabalho civilizatório para criarmos uma sociedade verdadeiramente plural, includente, tolerante, democrática. Progresso econômico sem progresso social gera apenas ilhas de abundância e de assepsia elitista rodeada de miséria, de violência e de insegurança para a grande maioria da população, mas os conservadores autocentrados pouco se importam com essa situação desproporcional, pois nenhuma contingência material abala sua capacidade de usufruir dos benefícios materiais da sociedade de consumo. A elite plutocrática, em verdade, celebra as desigualdades sociais justamente para melhor se exaltar perante a miséria das massas. Uma elite parasitária que não se destaca por meio dos seus méritos culturais e por sua grandeza intelectual, mas sim por sua abundância financeira quando a grande massa social vive endividada, profissionalmente precarizada e pressionada pelo risco da fome em estado de constante insegurança alimentar. A elite plutocrática é reacionária, pois anseia pela perpetuação das desigualdades sociais de modo a escravizar materialmente todos aqueles que não são economicamente viáveis e que dependem das migalhas ofertadas. Trata-se de um panorama político nitidamente opressivo, mas a ideologia ultraliberal considera essa situação que é socialmente injusta como um fenômeno natural que pode ser remediado pela resiliência moral e pelo aproveitamento das oportunidades profissionais mais aviltantes por aqueles que são desafortunados e que não encontram alternativas melhores no momento. Quem não é detentor dos meios de produção deve se submeter ao processo de exploração laboral como se tal ato representasse a sua libertação econômica. Segundo a profunda análise de Grégoire Chamayou,

108

A política neoliberal – na medida em que pratica a desregulamentação, sobretudo do direito trabalhista; ao reforçar o poder do empregador na

relação contratual; ao precarizar e comprometer a segurança dos trabalhadores, ao enfraquecer sua correlação de forças; ao reduzir sua capacidade de recusa, sua liberdade, pois ela favorece a acumulação das riquezas; ao aprofundar as desigualdades, exacerbando ainda mais as oportunidades de subjugação de todas as ordens – implica um endurecimento dos autoritarismos privados. (CHAMAYOU, 2020, p. 392)

Para a ética ultraliberal, só é pobre quem quer, quem não se esforça em vencer suas próprias limitações psicofísicas (inclusive correndo-se o risco de se adoecer pelo excesso de demandas profissionais). Em outras palavras, só é pobre quem não se submete ao poder soberano do Mercado-Moloch que absorve toda a vitalidade produtiva do assalariado e o descarta sem maiores entraves quando essa pessoa não é mais útil para a empresa empregadora. Para Joel Bakan,

Como criatura psicopata, a corporação não consegue reconhecer ou seguir preceitos morais para evitar que prejudique os outros. Nada em sua formação legal limita o que pode fazer aos outros na busca de seus objetivos egoístas, e ela é compelida a prejudicar quando os benefícios são maiores do que os custos. (BAKAN, 2008, p. 71)

Já no plano dos costumes, o que a mentalidade conservadora pretende é lutar contra o aborto em nome da plenitude da ideia de “vida” (coisa que o conservador menos faz em verdade, pois sempre adota postura antissocial em relação aos necessitados) e contra a chamada ideologia de gênero em nome da dignidade absoluta da “família tradicional”. Aliás, cabe ressaltar que esse dito conservadorismo moral defendido por essa mentalidade impotente e frustrada é hipócrita e assim esconde uma série de vícios perante o olhar público. Com efeito, encontramos entre os defensores da moral e dos bons costumes uma malta de pedófilos, sonegadores de impostos, agressores de esposas, supremacistas brancos e outros asquerosos animais políticos. A conexão estrambólica entre liberalismo econômico e conservadorismo moral nasceu da insanidade de celibatários involuntários sexualmente insatisfeitos e de plutocratas que depositam no poder financeiro todas as suas garantias existenciais para a construção de uma vida de gozo material. Os celibatários involuntários se ofendem com a luxúria das pessoas bem logradas sexualmente e assim forjam as mais doentias fabulações condenatórias contra as maravilhas da saudável vida libidinal. Já os plutocratas são cientes que seus círculos íntimos são contaminados pela dinâmica do interesse e que não há amor autêntico nas suas relações interpessoais.

Empresários acanalhados não hesitam em patrocinar movimentos golpistas para que o seu projeto de poder, capitaneado pela liderança xucra que se pavoneia como uma força messiânica que livrará a sociedade brasileira do comunismo, mais um mito oligofrênico que enganou tantos pobres de espírito em nosso processo de erosão democrática. Se em algum momento de nossa história político-econômica houvesse de fato ocorrido uma gestão comunista, não teríamos a presença dessa chusma fascistóide que tanto clama por um retorno glorioso de uma ditadura militar. A personalidade autoritária deseja sempre ser pisoteada por um coturno, fetiche de poder. Para o empresariado cretinizado, qualquer governança, mesmo que a mais conciliatória e reformista, é considerada entrave para sua sanha de lucro desenfreado. Qualquer defesa razoável da inclusão social é tachada de “comunismo” pela truculência autoritária dos apólogos do servo-mercado. Esse empresariado que defende “mais empregos e menos direitos” apoia qualquer reconfiguração hodierna do nazifascismo para frear o florescimento de pautas trabalhistas, sindicalistas, ambientalistas, indigenistas, pautas que são imputadas, na pobreza discursiva que é própria ao caráter truculento da personalidade autoritária, como “comunismo”. Mesmo os setores empresariais e segmentos ilustrados de nossa elite social que são avessos aos ataques disruptivos perpetrados pela governança direitista, são também categorizados como “comunistas”. O delírio conspiracionista da direita xucra vê a ameaça vermelha em toda a parte e certamente tremeria na base se porventura enfrentasse um soldado soviético no palco de batalha. Já que estamos sob a constitucionalidade de uma democracia liberal (ainda que de baixa intensidade), a irresponsabilidade moral desse empresariado golpista, quando muito, recebe a devida punição por seus atentados contra nossas instituições republicanas através de multas irrisórias.

Se houvesse um processo revolucionário comunista em nosso cenário nacional, essas empresas seriam desapropriadas pelo grande comitê e coletivizadas para que os trabalhadores conduzissem esse empreendimento de maneira a satisfazer as necessidades multitudinárias. Já os empresários, outrora rapinantes, transformados em pios cordeirinhos graças ao enquadramento institucional, sofreriam as duras consequências dos seus crimes constantes contra o povo, sem qualquer possibilidade de apelação para uma força sobrenatural. É muito insalubre atentar contra a dignidade da vida democrática. A serpente do fascismo destina sua peçonha no tecido social, mas após um tortuoso período em que sua ação corrosiva desgasta a boa ordenança democrática, forças multitudinárias

superiores cortam essa cabeça. Lembremo-nos do justo fim no qual tiranos de extrema-direita terminaram os seus iníquos dias. Não se trata nem de justiça poética tampouco de justiça cósmica. Justiça popular. É preciso que tenhamos energia permanente para realizar tal enfrentamento. Uma política democrática pautada pelo caráter conciliatório não significa completa bonomia e tolerância com os crimes cometidos pelas figuras disruptivas. A punição não é vingança, mas a conveniente justiça que honra a memória daqueles que foram destroçados pelos delitos da chusma fascistóide e que, mediante tal processo reparatório, afirma a dignidade da pessoa humana.

Um dos grandes inimigos da sociabilidade democrática de alta substancialidade reside nos especuladores de risco financeiro que parasitam a Bolsa de Valores, que atua como uma espécie de poder fetichista para promover a rentabilidade absoluta da plutocracia. Qualquer indicativo pró-social de uma governança comprometida com o bem comum compromete os índices da Bolsa de Valores e aterroriza as empresas que prosperam por meio da flutuação de câmbio. Fala-se com grande sabedoria prática que a Bolsa de Valores é muito nervosa; nervosa sempre que o interesse rentista é afetado ainda que de maneira imaginária. Sem qualquer receio de cair no populismo democrático, é imprescindível que se inicie um processo radical de desmonte do autoritarismo ultraliberal da Bolsa de Valores. É mister que seus operadores antidemocráticos sofram defenestração em nome do bem-estar social. Quando a lógica do mercado e os direitos cidadãos caminham juntos, tanto melhor, mas jamais poderíamos aceitar que os imperativos da vida em suas mais diversas expressões (cuidado ambiental com a Biosfera, proteção aos direitos trabalhistas, estabelecimento de políticas públicas que amplifiquem a cidadania das pessoas, dentre muitas outras situações ótimas) sejam submetidas ao poder vertical do grande capital. A Bolsa de Valores teme que o projeto de desenvolvimento social executado por uma governança democrática estoure o mítico teto de gastos públicos. Ora, essa mesma Bolsa de Valores não gralhou quando o criminoso adornado com faixa presidencial promoveu rombos estratosféricos nos cofres públicos para viabilizar sua vitória eleitoral (e mesmo assim perdeu, para desalento da direita xucra). Para uma gestão equilibrada de uma governança, a responsabilidade fiscal é fundamental, em especial quando sabemos que figuras disruptivas alinhadas com setores teocráticos de nossa sociedade e com grupamentos militares parasitas usam o dinheiro público para fins antidemocráticos, sem qualquer transparência e controle eficiente dos órgãos competentes, em um nítido patrimonialismo autoritário. No entanto,

em uma saudável governança democrática, a responsabilidade fiscal deve se submeter ao parâmetro soberano da responsabilidade social, pois o bem-estar do cidadão e sua inerente dignidade humana está acima da lógica economicista que tanto agrada aos dispositivos ortodoxos do mercado.

A Bolsa de Valores se incomoda com governanças democráticas que elevam os investimentos sociais. Ora, a Bolsa de Valores não se afeta com o descaso criminoso do governo federal com as medidas técnicas de enfrentamento dos males da COVID-19. A Bolsa de Valores não se afeta pelo aparelhamento dos órgãos públicos para que percam o seu poder fiscalizador no combate ao desmatamento e aos demais crimes ambientais. A Bolsa de Valores não se afeta pela corrupção escancarada promovida pelas manobras eleitoreiras do orçamento secreto para assim quem sabe comprar votos para o seu candidato predileto. A Bolsa de Valores não se afeta com os tentames terroristas empreendidos por patetas-patriotas fantasiados de verde-amarelo contra o Estado Democrático de Direito. A Bolsa de Valores não se afeta com as operações assassinas realizadas pelas forças policiais nas favelas. A Bolsa de Valores não se afeta pelas extorsões realizadas por milicianos contra populações subjugadas por suas ameaças de morte. A Bolsa de Valores não se afeta pelo racismo estrutural sempre presente e pela naturalização do feminicídio. A lista tenebrosa não se exaure com os exemplos elencados. Bauman argumenta que

112

A “mão invisível do mercado”, com fantasiosa refutação de atuar em favor do bem-estar universal – a mão que a política de Estado de desregulamentação pretende libertar das algemas legais antes projetadas para limitar sua liberdade de movimento -, pode efetivamente ser invisível, mas há pouca dúvida quanto a saber a quem ela pertence e quem dirige os seus movimentos. (BAUMAN, 2015, p. 45-46)

A democracia jamais é compreendida como uma dinâmica absoluta pela lógica do mercado. Quando convém, seja pelos ajustes globais ou pelas pressões sociais de consumidores que exigem a aplicação da agenda dos direitos humanos e valores afins nos serviços, a ordem econômica do mercado ratifica a constitucionalidade democrática. Todavia, quando a rentabilidade financeira proporcionada pela governança autoritária consegue desmobilizar sindicatos, silenciar movimentos sociais, eliminar opositores e assim promover uma agenda rígida favorável aos negócios empresariais, a plutocracia adere convenientemente ao exercício embrutecido do poder ditatorial, ainda que talvez não queira posar para uma fotografia com essas figuras disruptivas. O trabalho sujo de desestruturação

social é realizado pela governança fascistóide, enquanto a grande burguesia lucra com essa devastação social, pagando convenientemente ao poder estabelecido por esse serviço criminoso que esgota em curto prazo a estabilidade socioambiental. Assim como milicianos de baixa patente espoliam populações vulneráveis em regiões desprovidas de substantiva presença fiscalizatória de agentes estatais, assim também milicianos engravatados revestidos de insígnias oficiais fatiam a coisa pública para maior satisfação de rentistas, lobistas, investidores, a grande nata do empresariado que sempre prosperou através de procedimentos escusos. Por isso, encontramos usualmente parcerias corruptas e clientelistas entre governanças autoritárias e altos setores do empresariado, devedor constante da máquina destrutiva operada pela gestão política antidemocrática. O imperativo do lucro está sempre acima da dignidade humana. Conforme aponta David C. Korten,

Na busca do crescimento econômico, a ideologia do livre mercado tem sido abraçada em todo o mundo com o fervor de uma fé religiosa fundamentalista. O dinheiro é sua única medida de valor, e essa prática está promovendo políticas que agravam em toda parte a desintegração social e ambiental. A profissão da economia serve como seu sacerdócio. Ela defende valores que degradam o espírito humano, assume um mundo imaginário distante da realidade e está reestruturando nossas instituições governamentais de forma a dificultar a solução de nossos problemas mais simples. (KORTEN, 1996, p. 87)

113

Tal situação de ignomínia política demonstra sua degeneração mais grotesca quando essas ações criminosas gerenciadas pelo próprio *establishment* governamental vela sua ação mafiosa através do palavreado santarrão de defesa da moralidade cristã contra o avanço do comunismo. A gestão necrófila do poder fascistóide faz da máscara cristã uma boa forma de conquistar a adesão de indivíduos socialmente impotentes, que encontram na demonstração abusiva de força coercitiva operada pela máquina estatal um amálgama degenerado para aliviar sua própria mediocridade existencial. “Deus, Pátria, Família e Liberdade” é o lema que retrata a espoliação da coisa pública em nome da gestão teocrática-autoritária que concilia o reacionarismo moral, a agressividade gerencial e a dinâmica privatista de toda forma de vida, sempre em favor do individualismo dos mais fortes, aqueles que prosperam materialmente através do esmagamento dos corpos socialmente submissos. Conforme salienta Franco Berardi, “Expectativas frustradas, somadas ao individualismo frustrado, não levaram ao ressurgimento da solidariedade, mas só a uma ânsia desesperada e ao desejo enfurecido de aniquilação”

(BERARDI, 2019, p. 9). Os liberalóides apenas vislumbram a bonança financeira de indivíduos idiotizados, jamais a prosperidade social que organiza as condições excelentes para o bem comum, e, assim, são inimigos íntimos da institucionalidade democrática:

Como a maioria, em qualquer sociedade, tende a ser constituída pelos mais pobres, em vez de pelos membros mais bem sucedidos e competitivos da sociedade, há em uma democracia, inevitavelmente, pressão sobre os políticos para redistribuírem riqueza – para tirar dos ricos e dar aos pobres. Desta forma, o sucesso nos negócios e a excelência são punidos por impostos progressivos. Assim, da democracia pode-se esperar um emburrecimento da população e uma diminuição de normas gerais da cultura. Onde a maioria reina, a mediocridade torna-se a regra. (BECKMAN & KARSTEN, 2013, p. 75)

O Ultraliberalismo, em sua expressão mais fundamentalista, propõe a extinção do Estado e a substituição dessa máquina vituperada como entumecida pela utópica associação livre de pessoas empreendedoras-consumidoras que, por meio do intercâmbio de interesses afins, poderia estabelecer relações livres de qualquer interferência coercitiva do poder governamental. A negação do Estado como o grande integrador social em nome do mercado livre e da propriedade privada desemboca no niilismo absoluto, pois o critério da força, ao fim e ao cabo, prevalecerá. Nada leva a crer que os homens se tornarão melhores sem a coerção jurídica do Estado quando as relações interpessoais são reguladas pela lógica do mercado. Esse tipo de concepção pretensamente libertária, no fundo completamente antipolítica, legitima não apenas a ideologia do individualismo autocentrado, como também o direito de criarmos associações supremacistas e autoritárias que discriminem pessoas diferentes pelas mais diversas motivações ideológicas. Quem não aceitar essas regras moralmente absurdas deve migrar para alguma associação de pessoas que sejam sintonizadas com pautas avessas ao racismo, ao espírito supremacista, ao autoritarismo e outras concepções doentias do fazer-político. É importante apresentarmos um resumo da doutrina ultraliberal sobre a dinâmica política para percebermos o quão é desvalorizada a ideia de afirmação das diferenças dentre esses correligionários em estado de dissonância cognitiva, cooptados pela agenda disruptiva da extrema-direita, que compreende os seus atos agressivos e antissociais praticados contra os seus inimigos públicos declarados como um exercício de liberdade. Uma temporada em um campo de reeducação social pelo trabalho curaria essa doença ultraliberal.

O espectro político da direita é incapaz de apresentar propostas viáveis de governança que promovam de maneira digna o bem-estar social. Ou o ímpeto privatista desponta em seu programa com a inerente consolidação do mercado como o suprassumo da vida concreta, ou ainda a desregulação completa da sociabilidade pela imposição do autoritarismo repressor de qualquer contestação social acerca da predileção do poder governamental pela casta plutocrática. Nossa triste história evidencia que os interesses do mercado e o oportunismo direitista são sincrônicos. Um regime econômico regido pela dinâmica do mercado deve conciliar harmonicamente em suas mãos as políticas sociais para promoção da cidadania e as condições econômicas para a produtividade. Contudo, é fundamental que jamais se permita que os empreendimentos em favor do saudável desenvolvimento social sofram interferências deletérias do cálculo financista que sempre abre suas asas sombrias sobre qualquer pretensão de estabelecimento do bem comum. Nessas condições, somente a agenda da esquerda, ainda que mui moderada em suas intenções, é capaz de coordenar tal projeto de sociedade.

CONCLUSÃO

115

O caminho de reconstrução da institucionalidade democrática é árduo, exaustivo e longo, mas exige comprometimento de cada pessoa que ama verdadeiramente seu país, ou seja, que não se adorna com o verde-amarelo cada vez mais kitsch e que não se deixa levar por fanfarrônicas espetaculosas que beiram ao golpismo político. Temos um grande contingente humano de pessoas adoecidas psiquicamente pela tacanhez moralista, pelo oportunista ódio seletivo e pela intolerância ao processo de emancipação social dos mais pobres. Escolhas eleitorais ruins sempre acontecem, mas é imprescindível que se aprenda com os erros das escolhas infelizes. No entanto, há ainda muitos que preferem acreditar que uma grande conspiração esquerdista global atenta contra a liberdade do “homem de bem” temente ao que considera como “Deus”, um “Deus” de morte, de destruição, de ódio. Apesar do histrionismo mimético que essa chusma ensandecida gera em nossas trocas informacionais, estamos perante um caso perigoso não apenas de saúde pública, mas perante um isco de abalo democrático quando diversas instituições públicas dão conveniente guarida para esses intentos disruptivos. Para se fomentar uma reconfiguração da consciência

democrática na sociedade, exige-se um longo trabalho pedagógico e institucional mediante a presença efetiva da boa gestão pública em sua sempre necessária atuação de conexão com a população, integrando racionalmente a sociedade através de serviços que amplifiquem a cidadania concreta. Assim, certamente, teremos um evidente enfraquecimento das mobilizações golpistas capitaneadas pela extrema-direita. E, para aqueles que persistirem na afronta odiosa ao nosso estofo democrático, a aplicação da justiça corretiva, método inevitável para corrigir aqueles que recalcitram na sua venenosa sanha fascistóide. A relação promíscua entre a dinâmica do mercado e o projeto político neoliberal conduz ao empobrecimento massivo da população, devendo ser rigorosamente condenada por uma gestão democrática da coisa pública.

REFERÊNCIAS

BAKAN, Joel. **A corporação**: a busca patológica por lucro e poder. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

BECKMAN, Karel & KARSTEN, Frank. **Além da Democracia**. Trad. Fernando Manaças Ferreira. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

BERARDI, Franco. **Depois do Futuro**. Trad. de Regina Silva. São Paulo: UBU, 2019.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CHAMAYOU, Grégoire. **A Sociedade Ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. Trad. de Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. Trad. de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. Trad. de Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

